

Governo fala em mudar toda a economia

TROCO

"Economia de guerra". Para enfrentar as punições do Planalto.

O presidente José Sarney reafirmou ontem, no programa "Conversa ao Pé do Rádio", que vai deixar a política para se dedicar apenas à área administrativa do governo. Mas isso não significa que as retaliações serão interrompidas: quatro ministros, pelo menos, estão encarregados de continuar punindo quem votou pelos quatro anos de mandato. Sintonizados com o Planalto e com as lideranças governistas, eles só atenderão pedidos de políticos depois de checar a "lista negra" e poderão cortar as verbas federais para os estados. Preparando-se para a necessidade de uma "economia de guerra", o governador Waldir Pires (BA) adotou várias medidas de contenção de despesas, e congelou seu próprio salário.

Os ministros encarregados de executar a política de retaliação do Planalto são João Alves (PFL), do Interior; Prisco Viana (PMDB), da Habitação e Desenvolvimento Urbano; Borges da Silveira (PMDB), da Saúde; e Hugo Napoleão (PFL), da Educação — sem contar Antônio Carlos Magalhães (PFL), das Comunicações.

Segundo líderes do governo, Almir Pazzianotto (PMDB), do Trabalho, ainda não assumiu a linha do "revisonismo", mas "está afinado", e os pedidos de substituição de delegados regionais do Trabalho de vários estados serão encaminhados por líderes do PMDB e do PFL que apóiam o governo, de comum acordo com Pazzianotto, para "não expor o ministro".

No Congresso, estão com Sarney os líderes José Lourenço (PFL), Carlos Sant'Anna (PMDB) e Ibsen Pinheiro (PMDB), além do substituto de Ulysses Guimarães na presidência da Câmara, Homero Santos (PFL), que atribuiu a incompetência do governo, "se é que ela existe", ao PMDB, "ao partido que fez a maioria, que fez 22 governadores" e não realizou "nada". Não apóiam o presidente os líderes Mário Covas (PMDB), Fernando Henrique Cardoso (PMDB) e Carlos Chiarelli (PFL).

E, dentro do "novo estilo" de governo do presidente, foi mudada ontem toda a diretoria da Comissão de Apoio ao Cacau e do Banco da Amazônia. Para cargos na Caixa

Econômica Federal, as indicações políticas são submetidas ao crivo do ministro Prisco Viana.

A cabeça do ministro Renato Archer já teria sido pedida, para que a mesma linha de atuação seja implantada no Ministério da Previdência Social. A superintendência da Sudene, há muito prometida ao vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson, desde ontem passou a ser ocupada por Paulo Ganen Souto, um pefelista ligado ao ministro Antônio Carlos Magalhães.

Essa nomeação desagradou profundamente o governador baiano Waldir Pires, que a classificou de "um ato incompatível com os princípios de um governo democrático e um desrespeito aos cidadãos que votaram no PMDB no ano passado".

Preparado Para a Guerra

Waldir Pires não acredita que a nomeação do pefelista para a Sudene, entretanto, tenha sido uma represália do governo federal pelo seu apoio aos quatro anos. Para ele, retaliação seria o corte de verbas federais e, nesse caso, a Bahia estará preparada para tudo. Ontem, em Salvador, Waldir Pires baixou decreto congelando seu próprio salário, dos secretários, de todos os cargos de chefia do Estado, e retirando todos os veículos de transporte pessoal para dirigentes de órgãos públicos, além de diversas outras medidas de contenção de despesas.

Formalmente, as medidas são devidas às dificuldades do Estado com a seca, mas, ao comentar as retaliações do governo federal, Waldir Pires afirmou: "Estaremos preparados para tudo, até uma economia de guerra".

O ministro Prisco Viana, que foi a Salvador assinar convênios com a prefeitura, garantiu que não haverá represálias contra Waldir Pires nem cortes de investimentos federais na Bahia. Quando indagado sobre o rompimento dos governadores Waldir Pires e Miguel Arraes (PE) com Sarney, Prisco Viana desconversou. Sobre as chances de reconciliação disse que, "se houve rompimento, cabe a quem rompeu tomar a iniciativa".

As mudanças nos rumos da política econômica serão mais facilmente adotadas pelo governo a partir de agora, porque o presidente se sente livre das "amarras" políticas que o tolham. Assim o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, anunciou a adoção, até o final de dezembro, de medidas heterodoxas e ortodoxas para reverter a tendência explosiva das taxas de inflação. As mesmas explicações foram dadas pelo próprio Sarney, em entrevista à **TV Manchete**. Reafirmando que vai deixar as preocupações políticas para administrar o País, Sarney insistiu em falar apenas de economia.

O País não pode voltar a conviver com taxas de inflação aceleradas, disse o ministro Costa Couto, anunciando que os planos do presidente para os próximos 15 meses não prevêem obras faraônicas nem estão condicionados à idéia do parlamentarismo. Costa Couto não quis detalhar as medidas, nem esclareceu se elas envolvem novo congelamento de preços. Mas disse que serão decisivas para a nova etapa do governo Sarney e já estão sendo estudadas pelo Ministério da Fazenda.

"Com um tempo maior dedicado à administração pública ela rende muito", disse Sarney à **Manchete**, repetindo que "não há um dia que não tenhamos problemas políticos" que "amarram" o governo. A partir de agora o presidente garantiu que tornará seus projetos de investimento irreversíveis. "Mesmo que eu não possa terminar até o fim do meu mandato, mas que elas fiquem irreversíveis porque o Brasil precisa", disse. Na área econômica, ele admitiu que o déficit público vai ultrapassar o previsto pelo Plano Bresser, "mas vamos chegar dentro de uma meta razoável".

Sobre política Sarney disse apenas que o parlamentarismo não será aprovado e que a redução de seu mandato para quatro anos é "irreversível". O mesmo foi dito pelo ministro Ronaldo Costa Couto, para quem Sarney está totalmente decidido a não interferir nos trabalhos da Constituinte.

Na política, disse Costa Couto, o Planalto trabalha com um horizonte de quatro anos de mandato, mas não se condiciona à hipótese do parlamentarismo já, porque isso seria "pouco inteligente".

Sobre o afastamento do presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, José Toledo Ribeiro Filho, Costa Couto disse que não teve nenhum cunho político nem de retaliação. Apenas é mais uma mostra do rigor administrativo que será adotado a partir de agora pelo presidente Sarney. Segundo Costa Couto, Toledo foi demitido por envolver o IAA em várias irregularidades.

O ministro insistiu que o presidente será rigoroso com todos os seus servidores, exigindo honestidade, eficiência e identidade de pensamento com o governo, além de obediência às diretrizes oficiais. O presidente, disse Costa Couto, está agindo apenas do ponto de vista do bem da administração pública.